

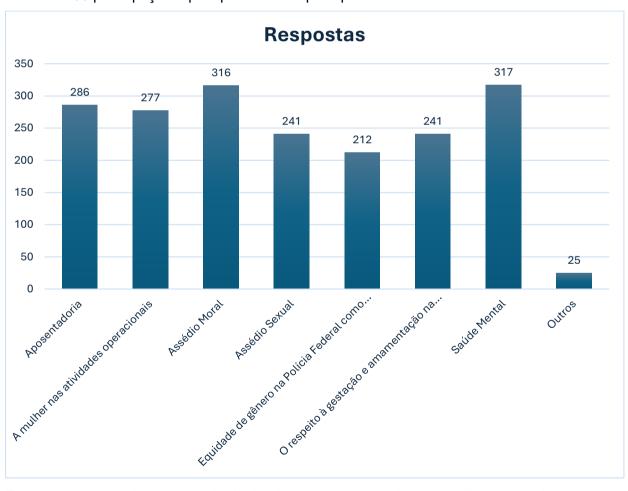


CARTA DA MULHER POLICIAL FEDERAL

A Federação Nacional dos Policiais Federais-FENAPEF, promoveu nos dias 30 e 31/07/2024, nas dependências do Hotel Vision em Brasília/DF, o 1º Encontro Nacional da Mulher Policial Federal-ENMPF. Na oportunidade estiveram presentes as representantes das unidades federativas, abaixo identificadas, as quais participaram de palestras e mesas de discussões sobre temas afetos ao universo feminino na Polícia Federal.

Enquete

O evento foi precedido de uma enquete, disponível a todas as Mulheres Policiais Federais e que tinha como intenção entender os principais temas que deveriam pautar esse encontro. Tivemos 466 participações que apontaram os principais temas:



Essas pautas, receberam as principais abordagens nas palestras e discussões das mesas redondas, recheadas com inúmeras participações das Policiais Federais que abrilhantaram o evento.





Público-alvo

O público-alvo que participou do encontro era composto da seguinte forma:

- 16 Agentes de Polícia Federal
- 08 Escrivãs de Polícia Federal
- 04 Papiloscopistas Policiais Federais.

Por anos de ingresso:

- 01 em 1988
- 06 em 1997
- 03 em 1999
- 03 em 2003
- 04 em 2004
- 02 em 2005
- 01 em 2006
- 02 em 2009
- 02 em 2010
- 01 em 2020
- 01 em 2022
- 02 em 2023

Todas de nível superior, sendo que 8 possuem duas graduações ou mais e 1 com doutorado. Estiveram registradas 24 policiais federais da ativa e 04 policiais federais aposentadas. Temos 21 Mulheres Policiais Federais que são mães e, por conta disso, concorrem a dupla e as vezes tripla jornada laboral.

Conforme mini currículos informados:

- 90% exerceram algum tipo de atividade operacional (trabalhos em núcleos operacionais, análise, cumprimento de mandados, flagrantes, etc);
- 73% exerceram algum tipo de atividade procedimental (Chefias de Núcleos, Núcleos de Procedimentos, Núcleos Administrativos, Núcleos de Identificação, Procedimentos de Corregedorias, etc);
- 76% trabalhou em atividades de fiscalização, controle, fiscalização e soberania (Núcleos de Imigração, Delesp, Aeroportos e Portos, etc).





Como se vê, o evento foi composto por representantes altamente qualificadas, com experiência em todas as áreas de atuação da Polícia Federal e representativo do quantitativo total da Mulher Policial Federal.

Considerações

1. Atendimento psicológico e psiquiátrico oficial

Considerando que questões relacionadas as atividades laborais, questões estruturais como aposentadoria, assédio, relacionamentos, entre outros, resultam em questões de saúde mental. Considerando os inúmeros relatos das participantes que merecem especial atenção e de que falta atendimento psicológico e psiquiátrico oficial para os Policiais Federais, especialmente as mulheres, o que em parte tenta ser suprido por ações dos sindicatos estaduais, as Mulheres Policiais Federais solicitam a elaboração de estudos e as devidas providências no sentido de que seja normatizado e instituído oficialmente um programa de atendimento psicológico e psiquiátrico a todos os Policiais Federais, inclusive aposentados, em especial as mulheres, com possibilidade de inclusão no programa do governo federal que está atendendo policiais nos estados em convênio com universidades federais.

2. Serviço Social

Considerando os relatos de que os profissionais do **Serviço Social** são os primeiros, em muitas oportunidades, a identificarem os problemas dos Policiais Federais, especialmente as mulheres policiais, e que o quantitativo desse tipo de profissional é em **número insuficiente** para atender a todo o efetivo, as Mulheres Policiais Federais solicitam estudo e providências no sentido de que seja **reforçado o quantitativo de profissionais formados em Serviço Social** e que os atendimentos sejam dimensionados para **atendimento em todas as unidades**, com especial atenção as unidades mais distantes e com menores efetivos.

3. Publicidade dos resultados da Pesquisa

Considerando os relatos sobre o programa Rosa dos Ventos e considerando a importância de que os gestores conheçam o seu público-alvo, as Mulheres Policiais Federais solicitam a ampla divulgação aos responsáveis dos resultados da pesquisa de clima organizacional promovida pela Polícia Federal a fim de que, a partir dela, possam contribuir com a apresentação de soluções aos problemas detectados.



4. Mulheres em Missões Policiais e no dia a dia

Considerando os inúmeros relatos das participantes sobre a falta de espaços específicos para mulheres nas unidades da Polícia Federal, as Mulheres Policiais Federais solicitam que sejam providenciados espaços compatíveis, banheiros e alojamentos, destinados às servidoras. Considerando as dificuldades de se depender sempre de decisões e entendimentos dos gestores locais, sendo que uns se preocupam com o público feminino e outros não, as Mulheres Policiais Federais solicitam que seja normatizado e regulamentado em normativos internos que, sempre que possível nas missões, sejam disponibilizadas acomodações separadas para homens e mulheres, bem como banheiros com chuveiros separados.

5. Comissões Disciplinares e "PF por Elas"

Considerando os inúmeros relatos das participantes de que **não há critério para a formação das comissões disciplinares** nos casos previstos pela PORTARIA DG/PF No 18.858, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023, **em que uma mulher seja parte**, solicitam as devidas alterações nos normativos relacionados, no sentido de que **a Comissão Disciplinar**, **quando instituída**, **obrigatoriamente**, **tenha em sua composição no mínimo uma mulher**.

Considerando que a **transparência e a publicidade** são princípios que mostram a efetividade e eficácia dos programas instituídos. Considerando a implantação do Programa "PF por Elas" pela gestão da Polícia Federal que tem o poder de **impactar diretamente** no clima interno, as Mulheres Policiais Federais solicitam a **divulgação das estatísticas de procedimentos e eventuais punições decorrentes do programa**.

6. Publicidade da Cartilha de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e a Discriminação além da Portaria DG/PF No 18.858, de 12 de dezembro de 2023

Cartilha de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e a Discriminação, bem como dos termos e das providências contidas na Portaria 18.858 DG/PF, que dentre outros aspectos cria canais seguros de denúncias, Comissão de Acolhimento e capacitação de líderes etc., as Mulheres Policiais Federais solicitam que a Direção Geral implemente com agilidade todas as ações previstas na referida norma e na cartilha e crie ampla campanha de divulgação interna do normativo, juntamente com a Cartilha, inclusive com a definição de um





dia específico em que todas as unidades realizem reunião promovida pela Chefia local no sentido de dar publicidade ao assunto e ao que já existe internamente.

7. QUESTÕES OPERACIONAIS

Considerando inúmeros participantes os relatos das aue desde versam desproporcionalidade das vestimentas operacionais, passando pela pessoalidade na indicação para cursos e missões, as Mulheres Policiais Federais solicitam que seja procedido estudo no sentido de que se elabore normativo interno que retire a pessoalidade dos gestores locais na escalação de mulheres para cursos e missões sob as mais diversas alegações inerentes a questão de gênero e que os cursos para mulheres já existentes (tiro feminino, direção operacional feminino, dentre outros) sejam oferecidos a todo o efetivo feminino. As Mulheres Policiais Federais solicitam, também, que nas aquisições de vestimentas e materiais operacionais sejam levadas em consideração as especificidades relativas ao público feminino, inserindo-se uma mulher no processo decisório.

8. Aposentadoria da Mulher Policial Federal

Considerando os inúmeros relatos das participantes de que a **Reforma da Previdência** culminou com aumento de prazo para aposentadoria **de até 11 anos**, causando enorme desproporcionalidade e prejuízo às Mulheres Policiais Federais.

Considerando os inúmeros **relatos e preocupações** de que as reformas promovidas ao longo dos anos **impactaram na paridade e integralidade** entre ativos/aposentados.

Considerando o conhecimento de que tal resolução independe da Direção Geral da Polícia Federal, mas que nosso representante máximo tem o poder de ser um importante interlocutor, as Mulheres Policiais Federais solicitam especial empenho no sentido de proceder à interlocução junto ao Governo Federal visando à correção dos normativos previdenciários.

Considerando os inúmeros relatos de que a aposentadoria ocorre atualmente sem uma preparação minimamente adequada, as Mulheres Policiais Federais solicitam que seja criada uma política de preparação para a aposentadoria, de valorização e acolhimento



da policial federal aposentada, através de encontros presenciais, cursos específicos e divulgação do que hoje existe sobre o assunto.

9. Divulgação da ANP Cidadã

Considerando que muitas vezes existem programas e conteúdos pouco difundidos e o conhecimento de que a Polícia Federal **dispõe de ótimo material na ANP Cidadã** (https://anpcidada2.pf.gov.br/) aberto inclusive ao público externo, as Mulheres Policiais Federais solicitam empenho para que este e outros programas sejam **amplamente difundidos** entre os Policiais Federais Ativos e Aposentados, através dos meios disponíveis.

10. PL 53621/2019

Considerando os inúmeros relatos da falta de efetivo policial federal feminino, que tem causado sobrecarga de trabalho, especialmente nos trabalhos de escoltas onde sempre que há mulher envolvida preferencialmente deve ser escalada uma Mulher Policial Federal, solicitam à Direção Geral especial atenção para que haja melhor distribuição dos trabalhos e empenho no suporte para aprovação do PL 5361/2019 de Autoria da Deputada Samia Bonfim que prevê: "Reserva as mulheres 25% (vinte e cinco por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos na área de segurança pública", visando ao aumento do público feminino na instituição.

11. Aumento da quantidade de mulheres na Academia Nacional de Polícia e respeito as cotas de mulheres em Cursos.

Considerando os inúmeros relatos de que **a quantidade de mulheres** que atuam como instrutores na Academia Nacional de Polícia **é muito baixa**, as Mulheres Policiais Federais solicitam a Direção Geral **iniciativas** para que haja um melhor aproveitamento e equilíbrio na quantidade de professores **sem distinção de gênero**.

Considerando os relatos de alijamento de mulheres em cursos na ANP e de que, por vezes, não há cotas para mulheres em cursos na PF, as Mulheres Policiais Federais solicitam **especial atenção** da Direção Geral no sentido de que sejam criadas cotas específicas para mulheres e **acompanhamento** mais próximo dos Superintendentes Regionais e Chefes de



Descentralizadas, no sentido de que essas cotas sejam **efetivamente respeitadas** na medida do proposto.

12. Mães de pessoas com deficiências

Considerando enormes dificuldades enfrentadas pelas mulheres, **mães de pessoas com deficiências**, as Mulheres Policiais Federais solicitam apoio e observância de todos os normativos que lhes confiram as possibilidades de exercerem seus direitos, inclusive com a possiblidade de deferimento de trabalho remoto ou misto.

13. Orçamento para ações voltadas ao público feminino

Considerando os inúmeros relatos e as **dificuldades em se promover** ações específicas para o público feminino, as Mulheres Policiais Federais **solicitam à Direção Geral** que, quando das elaborações dos orçamentos anuais, **disponibilizem verbas específicas** para a promoção dos atos propostos no presente documento.

As Mulheres Policiais Federais, presentes ao 1º Encontro Nacional da Mulher Policial Federal, abaixo identificadas e signatárias deste documento, entregam em mãos do senhor Diretor Geral da Polícia Federal Andrei Passos, as demandas com os principais tópicos discutidos e as solicitações de especial atenção no sentido de que sejam desenvolvidos estudos e atos para resolução dos problemas apontados. De igual forma se colocam, através da Federação Nacional dos Policiais Federais, dispostas a colaborarem na discussão e na execução dos atos necessários à resolução dos problemas apontados que são comuns nas vidas das Mulheres Policiais Federais.

Brasília/DF, 31 de julho de 2024.

Geiza de Araújo Negreiros | AC

Natália Acioli Soares Palmeira | AL

Aline Cruz de Medeiros | AM

Kátia Soraya Silva Cabral | MG

Eliane Guttemberg Alves Ferreira | MS

Walkiria Moraes de Carvalho | PE





Marina Leal Garcia | AM

Schirlene Ballieiro Siza | BA

Antônia de Maria Castro Farias Serra |

Luciene Marques da Silva | DF

Otaylda Tavares Batista de Oliveira | DF

Priscilla de Jesus Roscia | DF

Danielli Tristão Laranja de Landa | ES

Singrid de Freitas Barbara | ES

Paula Márcia de Castro Marinho | GO

Zilbernik Siqueira Teodoro | GO

Adriana de Sousa Nitão | MA

Nayana de Sousa Castro | PI

Ana Karenina Oliveira Scherer | PI

Gilvanês Bakai | PR

Cláudia da Conceição Gonzaga Bittencourt |

Keila de Oliveira Cabral | RN

Letícia de Aguiar Avelino da Silva | RO

Nayra Gleice Mendes de Lima | RR

Patrícia Mara Simões Pratts | RS

Maitê Marcolan Candaten | SC

Susanna do Val Moore | SP

Gleise Lima de Oliveira | SE

Karin Cristina Peiter

Diretora da Fenapef

Janaína Amélia Ferreira Magalhães

Diretora da Fenapef

Marcus Firme dos Reis

Presidente da Fenapef